

EIXO 3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: D 3.2 – Administração Pública Brasileira (24h)

(Aula 3: Administração Pública Brasileira e suas reformas)

Professor: Eduardo Granha Magalhães Gomes

2 a 4 de fevereiro de 2012



Administração Pública Brasileira e suas reformas

ENAP, 2012

Eduardo Granha Magalhães Gomes

Fases

- 1889 – 1930 – República Velha
- 1930 – 1945 – Era Vargas – 1º Reforma
- 1946 – 1964 – Período democrático
- 1964 – 1984 – Regime Militar – 2º Reforma
- 1985 – 1994 – Nova República
- 1995 – 2002 – Governo FHC – 3º Reforma
- 2003 – 2010 – Governo Lula




República Velha – 1889 - 1930

- Federalismo desconcentrado
- Estados autônomos – governos, câmaras legislativas e constituição próprias
- Política dos governadores
- Coronelismo - clientelismo

Era Vargas

- Estado Autoritário e Intervencionista
- Busca criar um Estado Nacional
- Política nacional-desenvolvimentista (ex. CSN)
- Representa o advento de um Estado Administrativo no Brasil
- DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) – 1º tentativa de reforma – 1938
 - »Burocracia Clássica Weberiana
 - Concursos públicos
 - Meritocracia
 - Modelo centralizado de gestão governamental
 - Mudanças organizacionais, racionalização de processos
 - “Daspinhos”



DASP - críticas

- Caráter hermético, insulado, autoritário
- Extrapolação das funções administrativas
- Modernização dicotomizante entre política e administração
- Sucesso apenas parcial na reversão da índole patrimonialista

Anos JK

- Planejamento - 50 anos em 5 / Plano de Metas
- Administração Paralela
 - Ajuste de parte do governo à consecução das metas
 - Grupos executivos e grupos de trabalho (assessorias) – estruturas descoladas da burocracia tradicional
 - GE s tinham autonomia orçamentária e de recrutamento de pessoal
 - Participação de industriais do setor privado nos GE s

JK - Plano de Metas

- Projetos que estavam sob gestão dos GE s e GT s e sob abrigo financeiro do BNDE – 102% das metas cumpridas
- Projetos sob a responsabilidade da burocracia tradicional – 32%

Administração Paralela - críticas

- Insulamento – relação dicotomizante entre política e administração / dependente da proteção do presidente
- Foco restrito às dimensões que poderiam impactar no plano de desenvolvimento econômico; sem preocupação com outras variáveis estruturantes da administração pública

Regime Militar - Decreto Lei 200/67

- Racionalidade administrativa – planejamento, orçamento, descentralização e controle de resultados
- Centralização decisória e normativa – tecnocracia
- Descentralização funcional - proliferação das entidades da administração indireta
 - flexibilidade de contratação de pessoal – celetistas
 - autonomia nas políticas de remuneração
 - forma de mitigar demandas por fortalecimento do federalismo

Problemas...

- Formação de capacidades nas empresas e no nível sub-nacional // “insubordinação” da Administração Indireta
- Uso patrimonialista da flexibilidade concedida
- Não prestigiou a burocracia do núcleo estratégico
- Insulamento e captura nos “anéis burocráticos”
- Planejamento sem considerações políticas
- Descontrole fiscal